

O Ciclo do Café Vale-paraibano*

Roberto Guião de Souza Lima**

Considerações iniciais

A história do café no Vale do rio Paraíba do Sul, no século XIX — das fazendas cafeeiras, das famílias que eram suas proprietárias, dos escravos que constituíam a mão-de-obra empregada na produção, tratamento e beneficiamento dos grãos e de tudo o mais que se observava nos complexos agrícolas de então — seguiu um modelo bem definido, criando um cenário uniforme, que caracterizou o “Ciclo” nas suas mais diversas formas de manifestação.



Missa na Capela da Fazenda Água Limpa, 1870. Barra do Pirai (inexistente), RJ. Coleção Embaixador João Hermes. Foto de Manoel Maria de Paula Ramos, Interior.



Fazenda Boa União, Três Rios, RJ. Arquivo Central do IPHAN. Foto: Hess.



Colheita. Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

Assim, o cultivo do café, que teve como área geográfica todo o Vale do rio Paraíba do Sul, ao longo dos seus quase cem anos de vida — do nascimento à derrocada com a “gota d’água” da Abolição — cristalizou uma cultura própria que, por sua vez, se sustentava em antigas variáveis culturais e sociológicas, dentre as quais se destacavam: o patriarcado; o uso do escravo negro que, por transferência ou similaridade com as funções anteriores que exercia, era visto como a mão-de-obra perfeita para o plantio do café; o

*A base original deste texto foi a primeira parte do trabalho *Café & Família no Vale do Paraíba* que o autor publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, IHGRJ, ano 12, no 12, 2003, páginas 237 a 262. Uma revisão ampliada do texto original com o título *O Ciclo do Café Vale-paraibano*, veio a ser o Capítulo 1 do livro *Fazenda Três Poços do café à universidade*, do qual o autor é co-autor e organizador, editado pela Editora FOA e lançado em outubro de 2007. A presente versão é mais uma revisão do trabalho em foco.

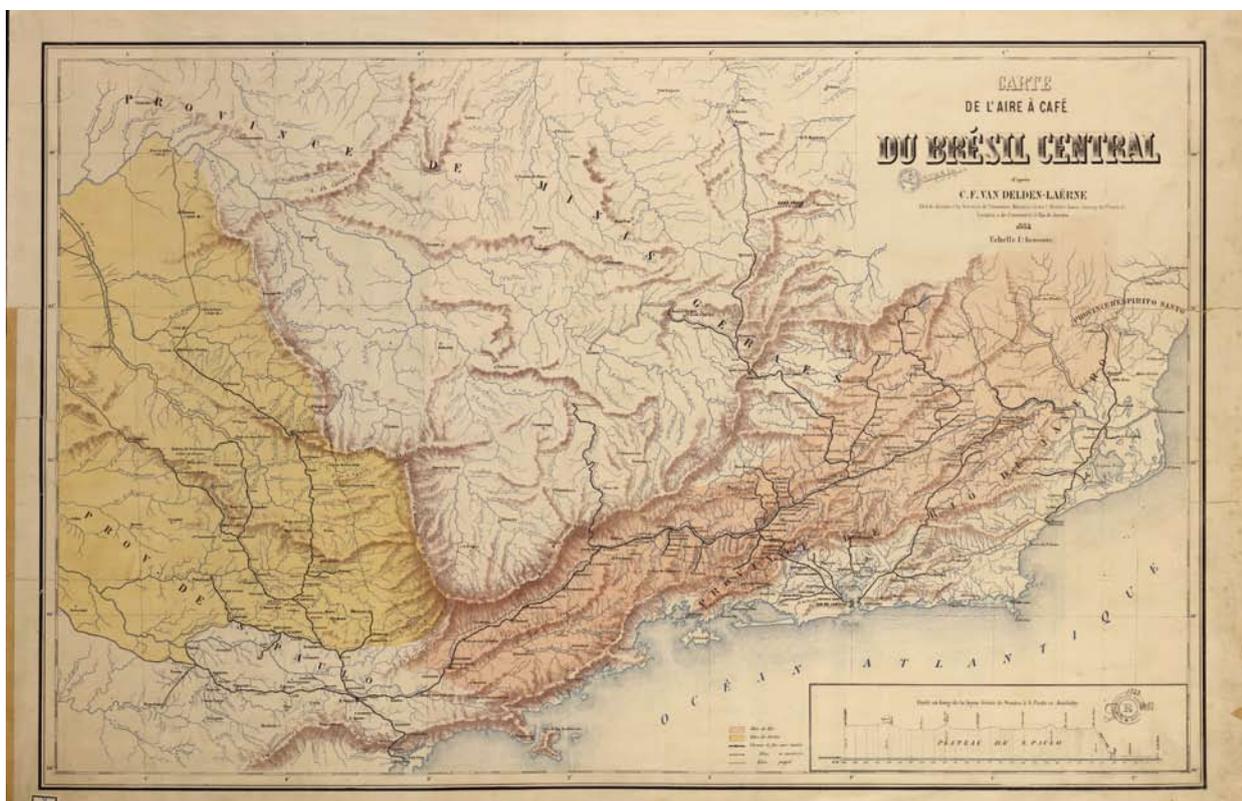
**Administrador de empresas, historiador e genealogista, membro titular da Academia Barramansense de História, do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto PRESERVALE.

poder da religião católica, a sua atuação como parceira do Estado, protetora do capital e legitimadora do modelo escravocrata de trabalho; o apoio às comunidades e a benemerência, através da qual se buscava o reconhecimento e, também, a obtenção de títulos, *status* e poder; e o conservadorismo, abrangente e enraizado, que presidiu os mais variados aspectos do cotidiano urbano e rural da civilização cafeeira.

Tudo isso foi favorecido por um ambiente econômico e cultural criado a partir da consolidação do crescente e avassalador hábito de consumir café no “novo mundo” industrializado. Este texto busca abordar alguns dos principais aspectos que marcaram de uma maneira geral a história do café no Vale do Paraíba e o seu reflexo na construção de significativo patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico, símbolos da identidade cultural de sua gente.

A origem do café e sua chegada ao Rio de Janeiro

O café, fruto exótico, a partir de seu *habitat* natural na África, difundiu-se por vários lugares do mundo e, dentre eles, chegou à Guiana Francesa. Daí, por obra e graça, dizem, da simpatia que o militar português Francisco de Melo Palheta despertou na mulher do governador local, aquele trouxe para o Brasil algumas sementes que foram plantadas no Pará¹ em 1730.



Carta de L'Aire à Café Du Brésil Central. D'après C. F. Van Delden- Laérne. 1884.
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

¹ Para o exame dos primeiros acontecimentos do café no Brasil, foi utilizada a matéria de Lyra Castro "A trajetória histórica do café", publicada no "O Jornal", edição de 15 de outubro de 1927.

O café no Vale²: caminhos de acesso

Do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, o café fez sua entrada triunfal no Vale, através da província fluminense, por dois caminhos. O primeiro, o da “Serra Acima”, a chamada “Diretriz de Resende”, local das primeiras plantações e de onde, subindo e descendo o curso do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, alcançou, por um lado, as serras do então norte paulista³ e, por outro, as da velha província⁴ e parte da mata mineira. O segundo, a “Diretriz de São Gonçalo”, cobrindo a região litorânea até Campos dos Goitacazes onde, também subindo a serra, atingiu as regiões montanhosas de Cantagalo e Madalena⁵.



Fazenda do Pocinho - Vassouras, RJ. MIS.
Foto: A. Malta, 1917.

² O “Ciclo Cafeeiro Vale-paraibano” foi tão importante para o Brasil Império que, segundo Afonso de E. Taunay, nas páginas 233 e 234 da sua *Pequena história do café no Brasil*, ao se dizer simplesmente “o Vale”, todo o país sabia tratar-se do Vale-paraibano, ou do Vale do Paraíba ou, ainda, do Vale do rio Paraíba do Sul, o que também acontece nesse trabalho.

³ Região de Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal e, posteriormente, em sentido contrário às águas do Paraíba, chegando a Jacareí.

⁴ São João Marcos, Barra Mansa, Piraí, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul.

⁵ Sobre as diretrizes de penetração do café na Província Fluminense e daí aos estados fronteiros, ver, entre outras, as matérias de Oliveira Vianna: “Distribuição geográfica do café no Estado do Rio” e de Sylvio Ferreira Rangel: “O café no Estado do Rio de Janeiro”, no “O Jornal” (idem nota 1).

No Vale do Paraíba, onde inúmeros e importantes afluentes formam imensa bacia hidrográfica, com 57.000 km² de área — sendo 39,6 % em terras fluminenses, 36,7% em terras mineiras e 23,7% em terras paulistas⁶ — o café, encontrando condições favoráveis de solo, clima e topografia e abundância de terras disponíveis para plantação em larga escala, criou um extraordinário sistema social e financeiro, conhecido historicamente como o “Ciclo Econômico do Café” e que, em sentido amplo, ocorreu ao longo de todo o século XIX.

A ocupação do Vale-paraibano: correntes migratórias

Embora a ocupação no Vale paulista do Paraíba tenha ocorrido já nos séculos XVII e XVIII e, no Vale fluminense, a abertura de alguns antigos caminhos e a busca de metais preciosos tenham levado, no século XVIII, à instalação de pequenos núcleos urbanos como, por exemplo, os de Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende, a ocupação das vertentes fluminense e mineira do Vale ocorreu com muito mais intensidade e rapidez, por conta do café, ao final do século XVIII e ao longo do XIX.

Nesse sentido, duas correntes migratórias se destacaram. A primeira e mais numerosa ficou conhecida como a “1ª Invasão Mineira”, quando famílias inteiras vieram das “Gerais” plantar café no Vale do Paraíba, onde empregaram todo o arrojo, coragem e determinação, ao lado dos capitais amealhados com a mineração do ouro e contando com a mão-de-obra dos seus escravos que, com elas, participaram ativamente do ciclo que havia se exaurido. A segunda ocorreu em sentido inverso, isto é, do litoral para a serra. Eram portugueses, comerciantes da corte, aristocratas, burocratas do Reino e do Império, entre outros, que, estimulados pelo governo através do fornecimento de sementes da rubiácea e de terras, vieram para a região plantar café.

O comércio do café

A ocupação do solo com as plantações de café se deu de forma rápida e intensa, daí a expressão “avalanche cafeeira”. Isto se tornou particularmente possível com o crescente volume de café consumido no mundo, quando a característica de produto elegante, refinado e de luxo cedeu espaço ao hábito de tomar café como estimulante. O hábito difundiu-se e a expansão do consumo foi viabilizada pelo persistente desenvolvimento dos mercados da Europa e, sobretudo, dos Estados Unidos, baseados em uma crescente classe operária — fruto da geração e da movimentação da riqueza proveniente da Revolução Industrial — que criou milhares de novos consumidores urbanos de café.

Nesse contexto, o governo vislumbrava no novo produto a obtenção das divisas imprescindíveis à importação dos produtos manufaturados e também o acesso aos “luxos” e “modernidades”, dos quais o país, em especial a corte, tanto necessitava. Isto, em substituição ao algodão e, principalmente, ao açúcar, que davam sinais de enfraquecimento comercial, entre outros motivos pela concorrência

⁶ *O homem e a serra*, de Alberto Ribeiro Lamego, página 316.

mais organizada e eficiente dos produtores americanos e das colônias européias do Caribe, em especial, Cuba.

O Brasil soube aproveitar, também, a desorganização da produção ocorrida em São Domingos, até então o maior produtor mundial de café, em função de revoltas de escravos contra os fazendeiros, havidas a partir da última década dos setecentos. Ocupando o espaço comercial aberto, expandiu suas exportações, assumindo a liderança que ostentou por praticamente todo o século XIX, para ficar restrito ao horizonte temporal do “Ciclo” no Vale⁷.

Pretendia também o Império criar uma elite agrária no Vale-paraibano para apoiá-lo e se contrapor ao peso e à influência da elite nordestina dos senhores de engenho e dos estancieiros do Rio Grande do Sul, que não simpatizavam, em um primeiro momento, com o poder central e se insurgiam contra os impostos cobrados, cujo retorno não se fazia sentir nos locais de origem e muito mais privilegiava as despesas da Corte.

Principais períodos do ciclo cafeeiro e a introdução da pecuária leiteira

Ao longo dos cem anos de café no Vale, embora não haja unanimidade entre os historiadores, seria razoável dividir o ciclo em três períodos distintos. O primeiro — nascimento / crescimento — que iria de 1800 a 1840. O segundo, o apogeu, de 1840 a 1875 e, o terceiro, a partir daí até 1900, o de declínio / derrocada. Naturalmente, essas datas e períodos não são estanques e, mesmo nos anos do declínio, por conta de um grande esforço de expansão da área plantada, o Vale ainda continuou produzindo crescente quantidade de café, o que, paradoxalmente, pela falta de capital, apressou a derrocada final, como será visto adiante.

Os períodos citados correspondem aos que alguns pesquisadores conceituam como: a geração dos “pais ricos”, os pioneiros, cuja preocupação era acumular riqueza, que empregavam em mais escravos, terras e cafezais; a dos “filhos nobres”, que usufruíram dessa riqueza consolidada e foram nobilitados e/ou condecorados, estudaram na Europa ou em escolas conceituadas como a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, talvez a mais expressiva geradora de homens públicos do país à época; e, finalmente, a dos “netos pobres”, que viram a riqueza escoar por entre os dedos e conviveram com a derrocada do ciclo.

Depois do café, as fazendas decadentes e/ou abandonadas do Vale e a paisagem característica dos “mares de morros”, agora desnudados de sua exuberante cobertura original de Mata Atlântica, viveram a “2ª Invasão Mineira”, na qual eles desceram com suas boiadas e ocuparam as terras baratas, quase doadas, para produzir leite, derivados e alguma carne⁸. Este “subciclo”, que ainda persiste em vários municípios do Vale do Paraíba, perdurou até meados do século XX, sendo depois substituído pela industrialização ou por outras atividades.

⁷ A discussão dos fatores que viabilizaram a penetração do café brasileiro no mercado externo e outras implicações vinculadas a este tema foi examinada em detalhes, entre outros, no capítulo 8 de *A ferro e a fogo*, de Warren Dean, e no capítulo 6 de *Feitores do corpo, missionários da mente*, de Rafael de Bivar Marquese.



Fazenda do Secretário.
Vassouras, RJ.
Arquivo Central do IPHAN.
Foto Hess.



Fazenda Santa Cecília.
Barra do Pirai. (Inexistente), RJ.
A. Malta. MIS



Fazenda São Roque Vassouras, RJ.
Arquivo Central do IPHAN.
Foto Hess.

Um exemplo deste processo sucessivo de transformação econômica ocorreu no município fluminense de Barra Mansa, que, após ter sido grande produtor de café, abrigou a maior bacia leiteira do Brasil e, hoje, ao lado do seu ex-distrito Volta Redonda, forma uma região industrializada, prestadora de serviços de alta tecnologia e de comércio forte.

Personagens do café

Dois personagens foram, realmente, as maiores e mais representativas figuras deste período e fizeram o Ciclo do Café no Vale acontecer. Os fazendeiros de café, genericamente chamados de “barões do café”, tenham ou não sido nobilitados como tal pelo Império, responsáveis pelo capital, pela abertura, consolidação, crescimento e administração das “Empresas Agrícolas do Café”, muitas delas verdadeiros feudos autônomos e fechados em si mesmos, e que só não produziam, *latu senso*, o ferro, o sal e o vinho; e o negro, mão-de-obra feita escrava na sua África natal que, verdadeiramente, produziu a riqueza verde (ouro verde) e tantos benefícios trouxe à cultura e à vida do país, a ele se incorporando definitivamente na sua formação racial e histórico cultural.



Partida para colheita (detalhe). Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

⁸ Na verdade, a corrente migratória mineira foi preponderante, mas não exclusiva, na ocupação do Vale-paraibano pós-café. Sobre a ocupação das terras desmatadas na chamada “2ª invasão mineira”, ver página 333 de *Vassouras*, de Stanley Stein.

⁹ O tropeiro foi figura fundamental para viabilizar o embarque do café produzido no Vale-paraibano, até o advento da ferrovia. Sobre ele existem várias obras e monografias e uma instituição muito interessante, em Silveiras (SP), região do fundo do Vale do Paraíba, chamada Fundação Nacional do Tropeirismo.

Poderiam ser citados outros importantes personagens como o tropeiro, responsável pelo escoamento / transporte do café até os portos de embarque⁹; o comissário de café, que respondia pelos interesses do fazendeiro na negociação / venda do café, mediante comissão nas vendas, além de outros serviços que a ele prestava; os exportadores e outros.

No entanto, aqueles que, de fato, deram sustentabilidade a tamanha empreitada, foram os representantes diretos do capital e do trabalho: o fazendeiro e o escravo negro.



Barão de São José del Rei, esposa, filha, genro e netos.
Foto autor desconhecido.

Produção de café nas províncias¹⁰

O Vale foi o principal produtor de café do Brasil Império e a província fluminense foi o seu maior destaque ao longo de todo o “Ciclo”. Em 1852, ocasião em que produziu 7 milhões e 193 mil arrobas (15 kg cada), respondia por 77% das exportações brasileiras, São Paulo, 13,8% e Minas Gerais, 7,6%.

¹⁰ Para o panorama da produção de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no XIX e início do XX, foi utilizado o livro do professor Alberto Ribeiro Lamego (nota 6), completado com registros pontuais pinçados da literatura do café. Em relação às produções, exportações e receitas do café fluminense no último quartel do XIX e no primeiro do XX, foi útil a matéria *O café no Estado do Rio de Janeiro*, de Sylvio Ferreira Rangel e para o entendimento do deslocamento da produção cafeeira para o norte do Estado, tendo Itaperuna como pólo central, foi feito um estudo da matéria *Evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio*, de Joaquim de Mello, as duas matérias publicadas em “O Jornal” (nota 1).

Em 1860, o Rio exportou 81,6% do total brasileiro que, em 1881, representou 61,5% do total mundial. O Rio começou a perder a hegemonia para São Paulo ao final do ciclo, já próximo da Abolição e, definitivamente, nos primeiros anos da República. São Paulo já contava, então, com o grande volume de café produzido no “Oeste”¹¹ da província (para onde o café emigrou), posto que também no Vale paulista do Paraíba, inclusive na sua região mais representativa, a de Bananal, a decadência já havia também se instalado.

Não se deve esquecer que uma região do Estado do Rio de Janeiro ainda teve expressivo volume de produção cafeeira após a derrocada do Vale e os primeiros tempos do século XX.

Trata-se do norte fluminense, capitaneado pela cidade de Itaperuna — na realidade, também Vale do Paraíba, pois fica às margens do importante rio Muriaé que, vindo das Gerais, é afluente do Paraíba pela sua margem esquerda, próximo à cidade de Campos dos Goytacazes.

Em 1927, a despeito da vanguarda indiscutível de São Paulo em termos de produção, ainda era, isoladamente, o maior município produtor de café no Brasil, por conta de um início tardio em relação às demais regiões produtoras do “antigo” Vale.

Na época, o Estado do Rio contribuía com cerca de 10% da produção brasileira e Itaperuna produzia, sozinha, 1 milhão e 220 mil arrobas, chegando, alguns anos depois, a 1 milhão e 800 mil arrobas (São Paulo produzia 60 milhões e o Rio 6,5 milhões). Vassouras, no auge do ciclo no Vale, em 1856/7, produziu cerca de 1 milhão e 500 mil arrobas e a província fluminense, com algo em torno de 8 milhões de arrobas, respondia por, aproximadamente, 80% da produção brasileira.

Esses números mostram a “gangorra” produtiva entre cidades da mesma região e, principalmente, o extraordinário crescimento do café nas terras roxas do “Oeste” paulista. Até hoje o Brasil ainda produz muito café e mantém presença forte no mercado mundial do produto.

Cidades expoentes do Vale-paraibano

Ao longo do século XIX, foram criadas na região inúmeras capelas, curatos e freguesias, nomenclaturas religiosas que substituíam/conviviam — tal a íntima ligação entre a Igreja e o Estado na época — com as de origem civil como povoado, vilas, cidades e comarcas.

Durante o período cafeeiro, algumas prosperaram e outras perderam importância ou desapareceram, sobretudo aquelas existentes nos caminhos de passagem das tropas de mulas, substituídas pela instalação das primeiras ferrovias, e aquelas que abrigavam os portos que recebiam as mencionadas tropas. Alguns destes, marítimos ou fluviais, eram de grande movimento, tanto no litoral paulista como no fluminense, como, por exemplo: São Sebastião, Ubatuba, Mambucaba, Itanema, Ariró, Jurumirim, Angra dos Reis, Mangaratiba, Iguaçu Velho, Pilar, Estrela, Porto das Caixas e Barra de São João, entre outros.

¹¹A denominação “Oeste” paulista é empregada neste trabalho em sentido amplo, geograficamente falando, ou seja, corresponderia hoje ao Noroeste do Estado de São Paulo, mas englobaria, também, o Nordeste e a área central do mesmo, o que demonstra a abrangência e a importância que a lavoura do café teve naquele Estado.

Para citar as maiores e mais expressivas vilas e cidades do café, não se pode esquecer de mencionar, no Rio de Janeiro, a pioneira Resende, a Valença “dos marqueses” e, principalmente, Vassouras, a mais importante cidade de todo o Vale-paraibano, além de Cantagalo, no norte da província. Em São Paulo, indiscutivelmente, sobressaiu-se Bananal, no fundo do Vale (rival de Vassouras em importância), além de Taubaté, Pindamonhangaba e Lorena. Em Minas Gerais, Juiz de Fora, que, após a metade do século XIX foi o principal pólo, coadjuvada por Leopoldina, Mar de Espanha, Rio Novo e Ubá.



Cidade de São João Marcos. Rio Claro, RJ. Arquivo Central do IPHAN.

“Grande distrito cafeeiro do período imperial, São João Marcos surgiu quando João Machado Pereira, vindo de Resende, ali instalou uma fazenda, em 1733. Logo em seguida abriu-se uma estrada pela qual pudessem transitar, com segurança, os quintos de ouro com destino ao Rio de Janeiro. Elevada à categoria de Vila em 1811, São João Marcos tornou-se, como Resende, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, um dos principais centros cafeeiros do Brasil, sendo o maior produtor o Comendador Breves, que possuía várias fazendas e escravos e uma enorme quantidade de arrobas de café, armazenados em trapiches em Mangaratiba. Hoje, no vale formado pela confluência dos antigos rios Araras e Panelas, encontram-se as ruínas remanescentes do núcleo histórico, cujo casario foi mandado demolir, na década de 1940, para represamento das águas de Ribeirão das Lages para fornecimento de energia”.

(Patrimônio Cultural - Guia dos Bens Tombados pelo Estado do Rio de Janeiro, 1965 - 2005, INEPAC).

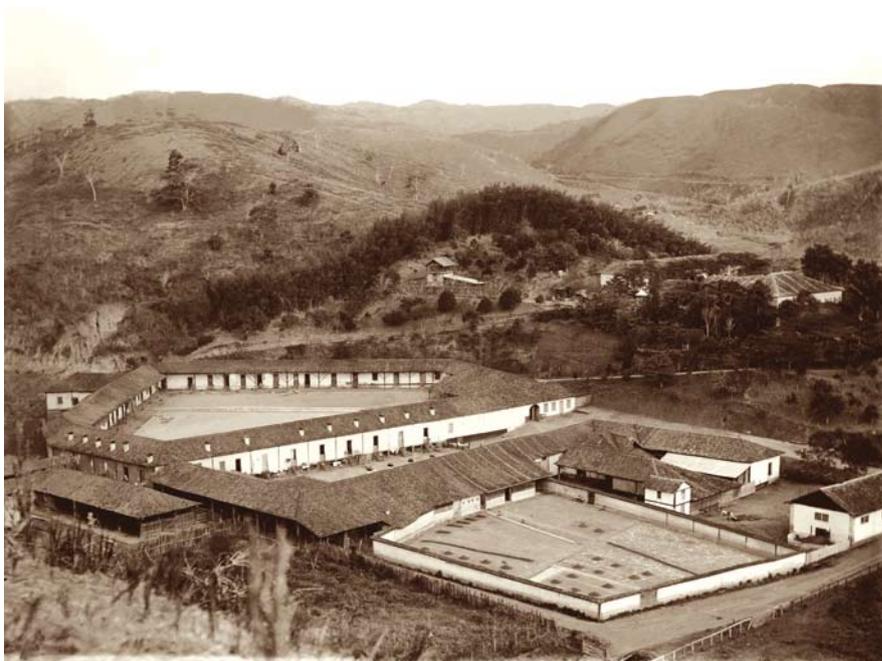
As edificações da fazenda cafeeira

Além da casa-sede, moradia da família do proprietário, as principais edificações que compunham, sob o aspecto operacional, uma “empresa” agrícola do café eram:



Casa-sede.
(não identificada)
Marc Ferrez. Coleção Gilberto
Ferrez. IMS.

- O lavador de café;
- O(s) terreiro(s) para a sua secagem, de terra ou calçado;
- O engenho para beneficiamento dos grãos (engenho de café);
- As tulhas para armazenagem do café seco a ser beneficiado;
- E, ainda, a senzala, que abrigava a escravaria, a mão-de-obra envolvida em todo o processo produtivo e que fazia funcionar, realmente, a empresa agrícola do café e, por isso, também considerada no conjunto das cinco edificações, diretamente ligada à “atividade fim” da fazenda.



Fazenda Santo Antônio do Paiol.
Valença, RJ. Antiga propriedade
dos herdeiros de Manoel Antônio
Esteves. Somente parte do
conjunto resistiu ao tempo.
Marc Ferrez. Coleção Gilberto
Ferrez. IMS.

Variando de acordo com o porte da fazenda — em terras, produção e recursos financeiros e da sua capacidade e/ou interesse em ser, parcial ou totalmente, auto-suficiente — podiam existir ou não, em porte menor ou maior, outras edificações e áreas de trabalho vinculadas às “atividades meio” do empreendimento.

Seriam elas:

- O engenho de açúcar e aguardente, o de “serra” e os que beneficiavam outros cereais, como os moinhos de fubá, de farinha de mandioca e de arroz;
- Os depósitos de ferramentas e utensílios;
- As oficinas, principalmente, de carpintaria e forjaria;
- A enfermaria para os escravos, que em algumas fazendas eram verdadeiros “hospitais”, com, farmácia e consultório para o “médico de partido” ;¹²
- As demais moradias, casas para o pessoal da “administração”, entre outros, os temidos e geralmente mal vistos feitores; e para o capelão e o boticário, quando permanentes;
- Os paióis para os cereais, ventilados e alteados do chão para fugir ao ataque dos roedores;
- A olaria para a confecção de telhas e adobes;
- Os ranchos para os animais da tropa, mais presentes até o advento da ferrovia, e para os carros da fazenda, de passeio da família ou de trabalho, como os puxados por bois;
- As baias para os animais de montaria; as pocilgas; os galinheiros; os currais;
- Além de áreas de trabalho não cobertas, como os pomares e as hortas.



Fazenda Campo Alegre.
Valença, RJ. Propriedade, a época da foto do Barão de Vista Alegre. Parte do conjunto ainda existe.
Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez. IMS

¹² Médico de partido era quem atendia às necessidades das fazendas — fundamentalmente a população escrava — através de visitas periódicas e emergenciais, quando requeridas, por conta de uma remuneração anual, previamente acertada com os fazendeiros. Os que não eram exclusivos de uma fazenda, normalmente mantinham consultórios nos locais de moradia para atendimento às populações locais.

Algumas fazendas mantinham “vendas” que atendiam, em especial, aos próprios escravos e onde, além das compras, eles podiam se encontrar, conversar e beber, aos domingos, sob o olhar vigilante do fazendeiro.

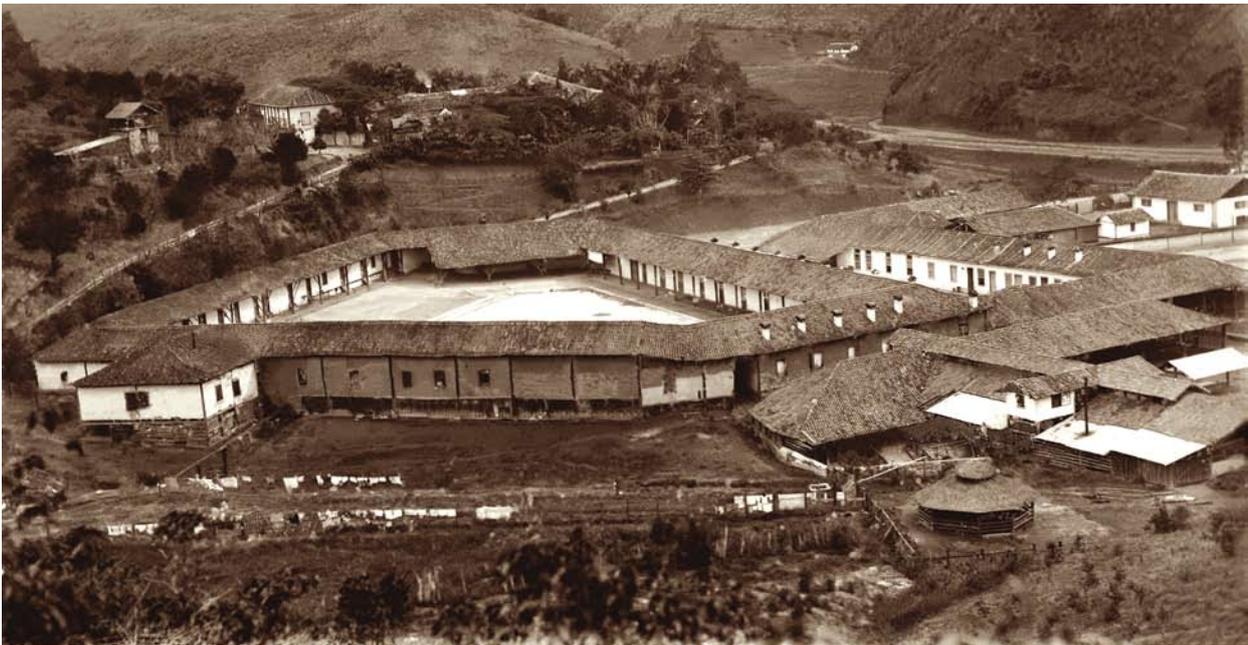
Na decisão quanto à escolha do local para implantação das edificações que integravam o complexo, era fundamental a aguada para garantir o provimento da força motriz que fazia girar todas as engrenagens da propriedade. Tirada em nível, normalmente de açudes ou diretamente de barragens em cursos d’água, corriam por canaletas a céu aberto, as indefectíveis banquetas, movendo as rodas-d’água, uma ou mais, dos principais engenhos, para a lavagem do café e para os mais diversos usos agrícolas e domésticos da fazenda.



Fazenda Paraíso. Rio das Flores, RJ. Arquivo Geral do IPHAN.
Foto: Edgar Jacinto.

O conjunto de edificações, notadamente a casa-sede, a senzala, o engenho de café e a tulha, formavam usualmente um “quadrado funcional”, denominação dada à forma de implantação das mesmas no sítio natural, tendo o terreiro de café, ao centro, como referência. Esta disposição por vezes era modificada ou se ajustava ao porte da propriedade quando, por exemplo, existiam mais de um terreiro ou a topografia do sítio apresentava desníveis.

A senzala era uma construção simples desprovida de janelas, cobertura em telha-vã e, comumente, possuía uma varanda fronteira, em toda a sua extensão, para evitar que o escravo tomasse chuva e se “constipasse” e, geralmente, com piso de terra batida. Subdividia-se em cubículos ou celas, denominadas lances, cuja quantidade e dimensões variavam em função do número de escravos.



Fazenda Santo Antônio do Paiol. (detalhe) Valença, RJ. Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

A sua disposição mais comum no terreno era em fila ou em quadra, acompanhando a forma de implantação das demais edificações. O desenho tradicional, onde as portas da senzala eram voltadas para o interior do pátio, atendia aos quesitos de segurança e controle da mão-de-obra escrava e facilitava a administração visual das principais atividades, em especial as desenvolvidas no terreiro de café.



Fazenda do Pocinho. Vassouras (arruinada), RJ. Arquivo Central do IPHAN. Foto: Hess.

Os programas arquitetônicos que caracterizavam as plantas das casas-sede¹³, prevalecendo como forma de expressão e dando seqüência a um padrão histórico — independente de a construção adotar um “estilo” arquitetônico mais conservador, trazido pelos paulistas ou pelos mineiros, ou mais requintado, influenciado pela linguagem do neoclássico¹⁴, que impregnou o nosso século XIX — eram marcados pela preocupação de separar as dependências em blocos distintos, refletindo, na organização de seus ambientes, as regras e normas sociais vigentes.

Em um bloco eram contemplados os espaços necessários à convivência social da família, especialmente visando “proteger” a intimidade das mulheres da casa, onde se localizavam os quartos de dormir, as salas de refeição, jantar e almoço, e as dependências de serviços, como a cozinha. No outro bloco ficavam as dependências de recepção dos hóspedes e dos visitantes que vinham tratar de negócios, com suas salas e alcovas separadas da área familiar por ambientes cujas portas eram mantidas sempre fechadas.

Com o passar do tempo e as mudanças na dinâmica social ocorrida nas últimas décadas do XIX, o isolamento dos membros da família — em especial das mulheres — foi-se atenuando e as soluções internas foram eliminando as dependências que possuíam a função básica de “separar” os blocos, dando mais leveza e funcionalidade às plantas das casas rurais¹⁵.



Fazenda Santa Cecília. Barra do Pirai(inexistente), RJ.
A. Malta, 1917. MIS

¹³ Foi usada a denominação “casa-sede”, que inclusive até hoje designa essas construções nas fazendas do Vale, em lugar de “casagrande” pelo entendimento do autor de que esta se aplica melhor às casas residenciais dos “Engenheiros de Açúcar”.

¹⁴ O texto denominado *Aspectos de uma arquitetura rural do Século XIX*, de Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czajkowski, que é parte do livro *Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial*, apresenta, de forma muito interessante, as tipologias das casas-sede do café Vale-paraibano, inclusive exemplificando algumas delas.

¹⁵ Sobre as edificações da fazenda cafeeira, sua arquitetura, estilos, partidos e configurações, ver o texto das páginas 87 a 112 de *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*, de Augusto Carlos da Silva Telles. Estudo realizado dentro da mesma linha, voltado às casas do início da era cafeeira no Vale-paraibano paulista, pode ser encontrado às páginas 133 a 199 de *Casa Paulista*, de Carlos A. C. Lemos.

Plantio, colheita, tratamento e beneficiamento do café

As terras da fazenda cafeeira, desmatadas e preparadas para o plantio, recebiam as mudas de café que, depois de um período de cerca de três a quatro anos, já produziam algum fruto, atingindo boa produção no 6º ano. Entretanto, o período de produção máxima da planta acontecia a partir do 7º ao 8º até o 15º ao 20º ano, declinando daí em diante em termos de produção relativa e podendo chegar a produzir, em condições muito especiais, e no caso do Vale em raros e isolados casos, até aos 40 ou 50 anos de idade.



Escravos. Colheita de Café.
(não identificada) Marc Ferrez.
Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

As colheitas ocorriam após a estação chuvosa, nos meses de maio até setembro, com o ponto alto em julho, através do método chamado de “derrixa” que, praticamente, limpava cada galho da planta, removendo frutos maduros, ou “cerejas”, verdes, secos, galhos e gravetos. Era realizada de forma exaustiva, pois se repetia o processo em todo o cafezal, recolhendo-se, também, os grãos secos caídos aos pés das plantas.



Partida para colheita.
Marc Ferrez. 1885.
Coleção
Gilberto Ferrez. IMS.



Colheita.
Marc Ferrez. 1885.
Coleção
Gilberto Ferrez.
IMS.



Colheita.
Marc Ferrez. 1885.
Coleção
Gilberto Ferrez. IMS.

O café era transportado para as instalações da fazenda, iniciando-se a fase de “tratamento”¹⁶, na qual a primeira operação era a lavagem dos grãos em tanques apropriados, objetivando retirar as impurezas mais grosseiras que vinham junto com ele da lavoura. Em seguida, era espalhado pelo terreiro onde secava por um período que poderia levar até 30 dias, variando com as condições do tempo e com a mistura dos grãos colhidos.

No terreiro, o café era periodicamente revirado para se obter uma secagem uniforme e amontoado e coberto ao cair da tarde — com palha e posteriormente com lonas — para protegê-lo do sereno da noite ou quando ameaçava chuva. No dia seguinte, com o sol já bem alto e o terreiro já aquecido, repetia-se a operação.



Beneficiamento de Café. Fazenda Cachoeira Grande. Localizada no distrito de Abarracamento, Rio das Flores, RJ. Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

Imagem do final do XIX, quando a fazenda pertencia à família Ferreira Leite Guimarães. Construída na margem do Paraíba do Sul, foi completamente demolida na década de 1980 para construção de um posto de gasolina.

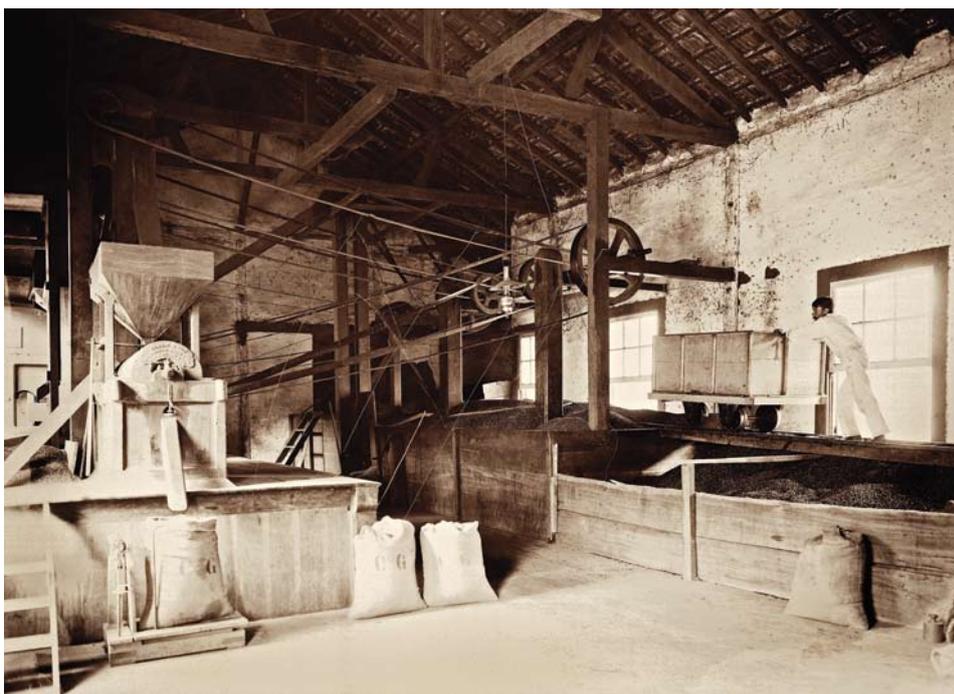
¹⁶ Normalmente as fases de “tratamento” e “beneficiamento” do café são apresentadas como uma única etapa. Conquanto sejam seqüenciais, apresentam características que as tornam distintas como, por exemplo, o fato de que elas poderiam ocorrer de forma defasada no tempo, daí serem aqui apresentadas de forma separada. O “padrão”, que foi uma característica de todo o “Ciclo” e de todo o Vale, como comentado no início, não significa uniformidade absoluta. As etapas com maior possibilidade de fugirem do “usual” eram, exatamente, o tratamento e o beneficiamento do café. Nelas, variáveis como: espírito empreendedor do cafeicultor, visão mais acurada do contexto e das suas tendências e perspectivas, capacidade financeira e disposição para investir, entre outras, produziram mudanças e diferenciações para padrões mais modernos e eficientes, principalmente à medida que o século XIX avançava e o desenvolvimento tecnológico propiciava o surgimento de máquinas cada vez mais eficientes.

Após seca a polpa e as outras películas internas que envolviam os dois grãos, o “café em coco” — também conhecido como “café em pergaminho” devido ao nome da película que envolve os dois grãos ou, ainda, “café casquinha” — era imediatamente beneficiado ou armazenado em tulhas, aguardando o início do beneficiamento. Terminava aí a fase de tratamento do café, através do processo denominado “por via seca” — gerando o também chamado “café terreiro” — que era o processo predominante no Vale.

Uma alternativa a este processo era o “tratamento por via úmida”, desenvolvido para reduzir o prazo de secagem do café no terreiro e permitir a obtenção de um grão de melhor qualidade.

Utilizava máquinas chamadas “despolpadores” — cuja marca mais famosa foi a americana “Lidgerwood”¹⁷ — que recebiam o café lavado, como antes mencionado, e por pressão mecânica retiravam a polpa e deixavam os dois grãos envoltos na película pergaminho. Por só despolpar café cereja, esta técnica encarecia o produto final e, em relação ao processo “por via seca”, foi utilizada em escala reduzida no Vale-paraibano.

O “café em coco”, seja por que processo tenha sido tratado, estava pronto para ser “beneficiado”, o que acontecia no “engenho de café”.



Interior de Engenho de Café.
(provável / Fazenda Cachoeira Grande)
Marc Ferrez.
Coleção Gilberto Ferrez. IMS

Deixando de lado as máquinas mais simples para produção em escalas menores, como os pilões manuais, os monjolos e os carretões de ripe, entre outras, a “máquina” mais usada para “descascar” o café — a etapa básica do processo de beneficiamento — foi o popular e muito utilizado “engenho de pilões”, semelhante ao que foi empregado na mineração de ouro.

¹⁷ Segundo Ema Elisabete Rodrigues Carvalho, a Lidgerwood, empresa americana com presença no mercado de vários países, instalou-se comercialmente no Brasil em 1862, abrindo uma filial no Rio de Janeiro. Em 1884, já sob a influência do café “emigrado” para o “Oeste” de São Paulo, construiu fábrica em Campinas, SP.

Constituíam-se em um conjunto de várias hastes seqüenciais que, subindo e descendo alternadamente, iam descascando o café que ficava em recipientes colocados sob cada uma delas.

O café assim descascado era limpo, escolhido, ensacado (em sacos de 60 kg) e embarcado, através de tropa de mulas e depois por ferrovia, para os portos intermediários, alguns fluviais, que existiam ao longo da costa paulista e fluminense, e daí aos portos exportadores, fundamentalmente o Rio de Janeiro e, mais para frente, Santos, já com o café abandonando o Vale do Paraíba.



Ensacamento.
Marc Ferrez. 1885.
Coleção
Gilberto Ferrez.
IMS.

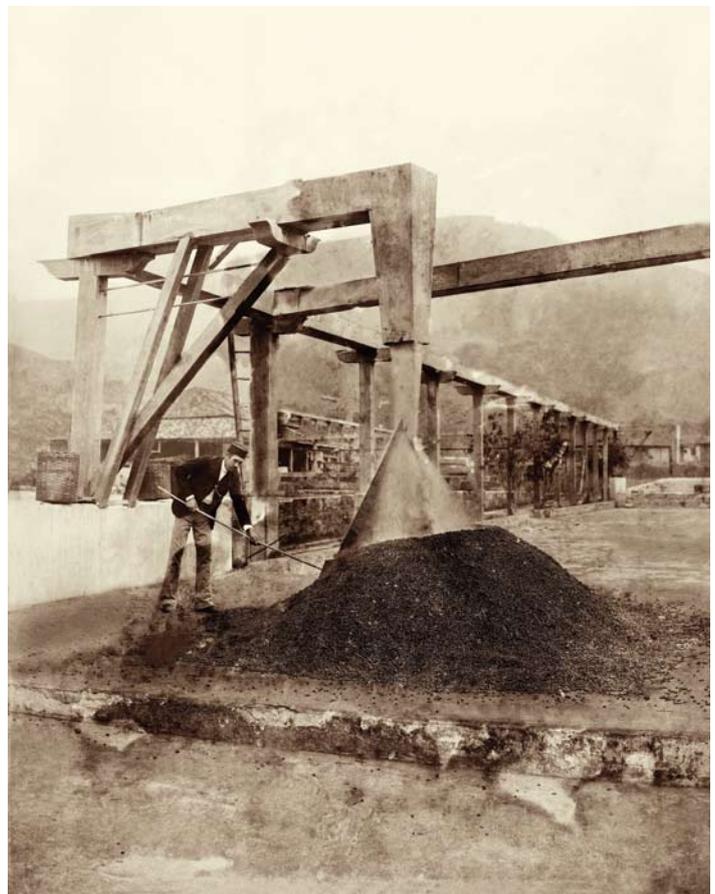
Com o advento de equipamentos mais modernos e instalados em seqüência, o beneficiamento tinha início com as “máquinas limpadoras”, ventiladores ou outros modelos, que retiravam as impurezas que ainda estavam misturadas com o café em coco nas tulhas, preparando-o para a etapa do descascamento — em algumas propriedades com os engenhos de pilões ou, nas mais “avançadas”, com os “descascadores mecânicos”. Em seguida, os grãos descascados eram novamente “ventilados” para a limpeza final, escolhidos manualmente nas mesas pelos escravos, conforme seus tamanhos e formas, ou em máquinas que selecionavam os grãos utilizando “peneiras” — chapas perfuradas com furos de várias dimensões — e ensacados, em alguns engenhos também “automaticamente”, seguindo para os portos de destino.

Todas as máquinas apresentadas, já em uma configuração mais moderna, eram alimentadas na seqüência antes descrita através de um sistema de transporte de grãos que usava “elevador de caçamba” — condutos de madeira de secção quadrada, verticais, pelo interior dos quais se movimentavam pequenas “canequinhas” fixadas em correias — que transportavam, em um moto contínuo, os grãos de uma máquina para a outra, conjugados com “bicas inclinadas”, através das quais os grãos passavam de uma máquina para a seguinte, simplesmente descendo por gravidade dentro de condutos, nestes casos ociosos.



Fazenda Cachoeira Grande.
Elevadores, esteiras.
Abarracamento, Rio das Flores, RJ.
Marc Ferrez.
Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

O sistema de máquinas e “elevadores/bicas” era movimentado através de um eixo principal — eixo geral de transmissão de força — ao qual estavam acopladas polias de vários diâmetros que movimentavam outras polias ligadas às diversas máquinas através de correias. Era um sistema integrado e complexo que precisava ser muito bem planejado e dimensionado para fazer funcionar todas as máquinas na seqüência, na velocidade particular de cada uma e no ritmo adequado ao nível de produção de cada propriedade.



Lavagem de café (não identificada).
Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

Até a implantação de formas mais modernas de geração de energia, como o vapor e depois a eletricidade, todos os mecanismos descritos eram acionados por força hidráulica, daí a importância da água para a fazenda de café, força essa que era gerada pelo movimento circular da roda-d'água que, para grandes engenhos, eram construídas de ferro e tinham diâmetros que podiam chegar a 7 metros.

Assim, em linhas gerais, era tratado e beneficiado o café Vale-paraibano, depois o café do “Oeste” de São Paulo, já com sistemas maiores e mais complexos, mas que, em essência, funcionavam como o descrito, exceto pelo engenho de pilões, que foi, com o tempo, substituído totalmente pelas máquinas modernas. Existiam outras máquinas como, por exemplo, os secadores de café “mecânicos”, que substituíam ou complementavam o processo de secagem os grãos nos terreiros, e os brunidores de grãos que, entretanto, principalmente os primeiros, não foram empregados em grande escala no Vale¹⁸.



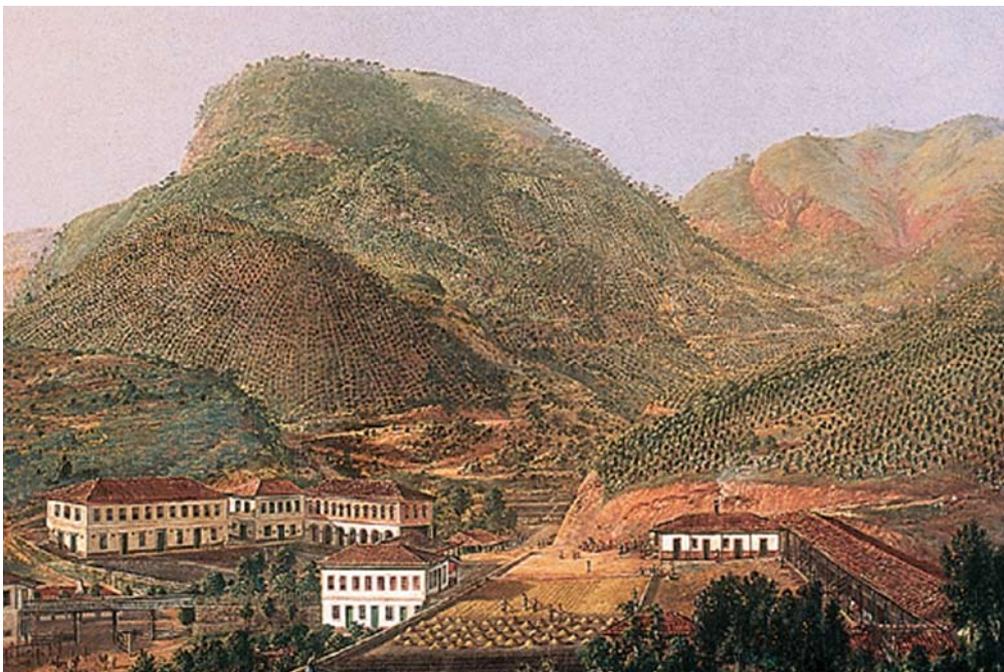
Beneficiamento. Fazenda Monte Café.
Sapucaia, RJ. Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

¹⁸ Para saber mais sobre as técnicas de tratamento e beneficiamento do café, bem como sobre o seu plantio, pode-se recorrer a obras mais antigas, que discutiam o problema à luz da realidade inicial do ciclo como, por exemplo, a do Barão de Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*; ou a trabalhos de cunho mais genérico sobre o café como o de Orlando Valverde, *A fazenda de café escravocrata no Brasil*; ou a trabalhos mais específicos como o de André M. de Argollo Ferraz, *A arquitetura do café*, onde são apresentadas as máquinas e os processos de beneficiamento, a arquitetura dos engenhos de café e detalhado um deles, o da fazenda Sertão, em Campinas, SP, que contava com máquinas Lidgerwood implantadas entre 1870 e 1880. Além desses, Augusto Ramos, com o seu clássico *O café no Brasil e no estrangeiro*, onde é apresentada uma detalhada abordagem dos processos/tecnologias. Conquanto este último trabalho, como o anterior, se refiram às situações do café já no “Oeste” de São Paulo, do final do século XIX às primeiras décadas do seguinte, são muito úteis para o entendimento do que aconteceu no Vale do Paraíba, no século XIX e até as primeiras décadas do XX.

A decadência do ciclo cafeeiro Vale-paraibano e o café no “Oeste” paulista

As principais causas da decadência do café no Vale foram: a utilização de técnicas inadequadas de plantio e cultivo e o mau uso da terra. Dentre as técnicas inadequadas, destacou-se o plantio do café em linha reta, de cima para baixo, e não em curvas de nível. Com isso, o cafeeiro tinha suas raízes capilares lavadas e expostas ao ar e ao sol pelas águas das chuvas, o que diminuía consideravelmente a sua produtividade e o seu tempo de vida útil. Além disso, a enxurrada removía a camada fértil do solo que era depositada nas várzeas ou levada pelas águas dos rios da região.

A inevitável erosão tornava as encostas imprestáveis e o desmatamento intensivo e as queimadas traziam alterações climáticas, influenciando na regularidade do regime de chuvas, que toda a serra anteriormente ostentava e de que o café tanto necessitava.



Fazenda Santo Antônio.
Sapucaia, RJ. Detalhe.
Pintura de Nicolau
Facchinetti, 1880.
Martins, Carlos; Piccoli,
Valéria. RJ:CCBB, 2004.

Nenhuma técnica de adubação era empregada, até porque a existência de terras virgens não estimulava esse esforço. A simples manutenção da cobertura vegetal no alto dos morros, por exemplo, teria ajudado a diminuir esses impactos. A despeito de já se conhecerem técnicas mais evoluídas de cultivo e de algumas poucas vozes alertarem, com vigor, sobre esse conjunto de problemas e as conseqüências que dele adviriam, a terra era e continuava sendo explorada sem arte ou ciência.

Alguns fazendeiros chegavam a dizer, como cita Stanley Stein¹⁹: “... fiz as coisas dessa maneira, deixe que a próxima geração faça como lhe agradar”. O conservadorismo, que presidía posições como essa, era um valor cultural muito mais presente no dia-a-dia dos cafeicultores do Vale do que se possa imaginar.

Assim, antes de prosseguir no tema e tendo em vista a contribuição que este aspecto cultural teve na derrocada do ciclo, é interessante pinçar alguns outros trechos de Stanley Stein, pois através deles, pode-se perceber com nitidez a “filosofia” que presidia o pensamento dos cafeicultores fluminenses, vis-à-vis do Vale.

Os relatos a seguir, transcritos do Congresso Agrícola de 1878, realizado na Corte sob os auspícios do Ministro da Agricultura, correspondem à época em que os estudiosos do tema identificam como o início do declínio da economia cafeeira no Vale, sendo possível observar em suas falas que os problemas com o plantio e o cultivo do café já se faziam sentir há muito.

“Alguns culpavam (pelos tempos difíceis que estavam vivendo) a escassez de mão-de obra escrava; outros, a incapacidade de utilização de modernos equipamentos de processamento de café; e outros, ainda, a falta de crédito agrícola a juros baixos. Em meio às lágrimas, que variavam da autocrítica ao desespero, apenas algumas vozes chamaram a atenção dos fazendeiros de Vassouras, assim como dos municípios vizinhos, sobre o estado decadente das terras e dos cafezais”.²⁰

Uma dessas vozes, a de um fazendeiro das proximidades de Paraíba do Sul, advertia enfaticamente:

“É um erro imensamente grave supor que nossa baixa produção se origine somente da falta de trabalho escravo e de crédito”, e, adiante, “Apenas aqueles que não pensam nem estudam, apenas aqueles que não seguem nem examinam atenta e intimamente nosso sistema de explorar a terra sem arte ou ciência, o curso de nossa agricultura, ciclos meteorológicos e mudanças climáticas por que passou o Brasil nos últimos 25 anos, apenas esses podem grosseiramente adotar tal posição”.²¹

Pondo de lado os mil e um comentários proferidos para justificar o esgotamento do solo, cafeeiros envelhecidos e a produção em declínio ou estacionária, enquanto se consumiam mais e mais reservas de florestas virgens, Manoel Ribeiro do Val, a voz mencionada, terminou o seu discurso para alguns fazendeiros no Congresso Agrícola dizendo:

“Apenas aqueles que estudam, plantam, mas que apesar disso não conseguiram obter um bom resultado nesses últimos 25 anos, podem imaginar os efeitos negativos do nosso sistema de plantio”.

¹⁹ O capítulo *A economia em declínio* do livro de Stanley Stein (nota 8), aborda o tema em foco e Warren Dean, no livro mencionado na nota 7, aprofunda o exame das inadequadas técnicas agrícolas que causaram danos irreversíveis à vida dos cafezais.

²⁰ Todos os trechos entre aspas foram copiados dos respectivos autores, mantida a redação original e atualizada a ortografia, sendo o “grifo” do autor deste trabalho.

²¹ Idem.

Para prosseguir produzindo dentro desse contexto, era despendido tempo, esforço e dinheiro na compra de novas e caras terras, com matas virgens para prepará-las à lavoura — iniciando novo ciclo de improriedades — cujo retorno só iria ocorrer, no mínimo, seis anos depois do início do plantio. Tais fatores, negativos, foram acrescidos de outros: o alto preço do escravo, após a proibição do tráfico em 1850; pragas que volta e meia atacavam os cafezais; gastos excessivos com luxos, títulos de nobreza e demonstrações de *status* que permearam a vida dos “barões do café”; concorrência dos cafezais do “Oeste” paulista, que, com maior produtividade e custos mais baixos, aos poucos conquistavam o mercado.

Estabelecia-se um ciclo vicioso que levava os fazendeiros, descapitalizados e sem alternativas, à busca de novos financiamentos. Aumentavam-se, assim, as dívidas com capitalistas e bancos, que cobravam juros altos e a quem as propriedades eram hipotecadas como garantia dos empréstimos, quase sempre de difícil liquidação.

A Abolição, reduzindo fortemente de um dia para o outro o patrimônio do fazendeiro — no geral, a escravaria representava cerca de 40 a 50% dele — tornou a derrocada inevitável. Além disso, a Abolição ocorreu exatamente no início da colheita, gerando perda de grande parte da produção, que apodreceu nos cafezais²².

É bom lembrar que, independente de algumas poucas e, na maioria delas, fracassadas tentativas de introdução de imigrantes nos cafezais do Vale, o fazendeiro da região, em geral, era refratário a isso e tinha cristalizado a convicção, também altamente conservadora, de que café se plantava com escravos. Ao contrário, no “Oeste” paulista, em um primeiro momento concomitantemente a utilização de escravos, foi sendo introduzida na lavoura a mão-de-obra livre de imigrantes, em especial italianos.

Os recursos remanescentes do Vale foram migrando para o “Oeste” paulista. Muitos cafeicultores deixaram suas fazendas em busca do novo Eldorado como, por exemplo, o coronel José Pereira Barreto que, junto com seu irmão, Luiz Pereira Barreto, outros irmãos e sobrinhos, formaram a célebre “Caravana Pereira Barreto”, que, partindo de Resende em 1876, de trem até Cachoeira Paulista — ponto final da Estrada de Ferro D. Pedro II na época — e depois a cavalo, em carroças e a pé, com pertences, mais de 60 escravos, animais e ferramentas, foram plantar café em terras adquiridas em Ribeirão Preto²³.

²² Em *Escravos, senhores e café*, Humberto F. Machado faz um detalhado estudo sobre a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense de 1860 a 1888, e demonstra os impactos causados pela Abolição, o que pode ser estendida ao Vale.

²³ O historiador resendense José Eduardo de Oliveira Bruno é um estudioso da emigração do café para o “Oeste” paulista e, em especial, da Caravana Pereira Barreto.

O fortalecimento da mão-de-obra de imigrantes, conjugado com o solo fértil do “Oeste” (terra roxa, do italiano “rossa”) e somado às técnicas de cultivo e tratamento mais corretas, teriam sido os fatores responsáveis pela diferença da quantidade produzida e pela produtividade entre as regiões mencionadas, embora alguns estudiosos do tema acreditem a diferença, unicamente, ao uso da mão-de-obra de imigrantes. Outros julgam que ela foi importante, mas conjugada com o crédito rural que era abundante naquela época e região²⁴.

Posteriormente, a marcha do café buscou as terras igualmente férteis do norte do Paraná, na região de Londrina, Maringá, Cascavel etc. e hoje encontra seu ponto principal de produção no sul de Minas Gerais.



Fazenda São Roque. Vassouras, RJ. Arquivo Central do IPHAN. Foto: Hess.

Pesquisa iconográfica realizada por Adriano Novaes e Fernando Pozzobon nos arquivos da Fundação Museu Imagem do Som - MIS, Instituto Moreira Salles - IMS, Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Biblioteca Nacional - BB e Arquivo Nacional - AN, Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC e coleções particulares.

²⁴ Djalma Forjaz, historiador paulista, se aprofunda no tema discutindo o fator “imigração”, que teria sido a causa do sucesso da lavoura do café em São Paulo, como pode ser visto em trabalho publicado no informativo *Conheça Limeira – 2003*, emitido pela Secretaria Municipal de Cultura daquela cidade paulista; além do clássico de Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, que aborda a existência de outros fatores importantes ao entendimento do assunto.

Fontes:

Bibliografia:

- ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.
- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FERRAZ, André M. de Argollo. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
- FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença: 1803-1924*. Valença: Edição dos filhos do autor, 2ª edição, 1978.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1974.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje: 1789-1952*. Valença: Editora Jornal de Valença, 1ª edição, 1953.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1ª edição, 1950.
- LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LIMA, Roberto Guião de Souza. *Volta Redonda do café e do leite: 140 anos de história*. Volta Redonda: Gráfica Nogueira, 2004.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Editora Cromos, 1993.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PIRES, Fernando Tasso Fragoso:
 - Antigas fazendas de café da província Fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
 - Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
 - Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil*. Nova York: Abbeville Press Publishers, 1995.
- RAMOS, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. São Paulo: Papelaria Santa Helena, 1923.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2006.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (2º barão de Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (edições de 1847 e 1878). Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1975.

Artigos e outros:

- BRUNO, José Eduardo de Oliveira. *Caravana Pereira Barreto*. Campinas: UNICAMP - Revista Notícia Bibliográfica e História, nº 190, setembro de 2003.
- CARVALHO, Ema Elisabete Rodrigues. *Lidgerwood Mfg. Co. – estratégias de penetração e permanência no mercado brasileiro de máquinas de beneficiamento de café nas décadas de 1850 a 1890*. Campinas: UNICAMP, dissertação de mestrado, 2003.
- FORJAZ, Djalma. *A fazenda Ibicaba, o berço da imigração européia de cunho particular*. Limeira: Informativo “Conheça Limeira”, editado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos da PML, julho de 2003.
- GUIA VERDE MICHELIN. *Rio de Janeiro, cidade e estado*. Rio de Janeiro: Michelin et Cie, 1990.
- “O JORNAL”. Edição comemorativa do bi-centenário do café no Brasil. Rio de Janeiro: 15 de outubro de 1927.
- Matérias de:
- CASTRO, Lyra. *A trajetória histórica do café*.
 - MELLO, Joaquim. *Evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio*.
 - RANGEL, Sylvio Ferreira. *O café no Estado do Rio de Janeiro*.
 - VIANNA, Oliveira. *Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio*.
- MIRANDA, Alcides da Rocha e CZAJKOWSKI, Jorge. *Aspectos de uma arquitetura rural do século XIX (parte do livro Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Revista Brasileira de Geografia, nº1, ano 29, 1967.

Arquivos:

- LIMA, Roberto Guião de Souza. Arquivo sobre o “Ciclo do Café”. Como produto de pesquisas desenvolvidas ao longo de 29 anos, o arquivo contém extensas e diversificadas informações sobre a história do “Ciclo do Café” e sobre a genealogia das famílias envolvidas, tendo como espaço geográfico o Vale do rio Paraíba do Sul (SP, RJ e MG) e o “Oeste” paulista e como horizonte temporal os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX. Volta Redonda: Arquivo, 1979—2007.

Imagens fotográficas(créditos):

- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FBN.
- FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM - MIS.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES - IMS.
- COLEÇÕES PARTICULARES.